

COMO ESTÁ ACONTECENDO A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI QUE TORNA OBRIGATÓRIO O ENSINO SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

J.P.S. MOURA¹ e L.M.C. SILVA²

E-mail: joaojppaulo2010@hotmail.com¹; marilac.castro@ifrn.edu.br²

RESUMO

A presente pesquisa buscou desvendar como ocorre, no dia-a-dia das escolas públicas de Ensino Médio, localizadas no município de São Gonçalo do Amarante/RN, a implementação da Lei federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio. Em nossa sociedade existe um fato que acontece repetidamente, a discriminação racial. Pesquisas apontam que esta discriminação é percebida pelas crianças desde cedo na escola. Tais situações vivenciadas pelas crianças negras dentro do próprio ambiente escolar, faz com que elas se sintam inferiores comparadas às crianças brancas. Diante disso, os estudos sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, devem se fazer presentes, inclusive como

disciplina dentro das escolas, de modo a contribuir para que o preconceito racial seja eliminado em nossa nação. A pesquisa pretendeu, utilizando-se de entrevistas, questionários, observações e consulta ao Projeto Político Pedagógico das escolas, discutir se a temática de que fala a referida Lei 10.639/2003 faz parte da rotina diária das escolas públicas de Ensino Médio no município de São Gonçalo do Amarante/RN. Os resultados obtidos apontam para a falta de conhecimento das formas adequadas para a implementação da referida lei. Espera-se, em momento posterior, ofertar capacitação aos servidores das escolas públicas em São Gonçalo do Amarante/RN, na esperança de contribuir para que estes conteúdos sejam trabalhados positivamente, de modo a não reforçar preconceitos e estigmas.

PALAVRAS-CHAVE: história da África, cultura afro-brasileira, educação.

HOW IS GOING ON THE IMPLEMENTATION OF THE LAW THAT MAKES IT MANDATORY FOR TEACHING ABOUT THE HISTORY OF AFRICA AND THE AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN HIGH SCHOOL IN SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

ABSTRACT

This research sought to unravel as occurs in the day-to-day Public Schools High School, located in the municipality of São Gonçalo do Amarante / RN, the implementation of the Federal Law No. 10.639 of 09 January 2003, mandating teaching about the history of Africa and Afro-Brazilian culture in public and private schools from elementary and high school. In our society there is a fact that happens repeatedly, racial discrimination. Research indicates that this discrimination is perceived by children early in school. Such situations experienced by black children within the school environment, makes them to feel inferior compared to white children. Therefore, studies on the history of Africa

and Afro-Brazilian culture, must be present, including as a discipline within schools, in order to contribute to that racial prejudice is eliminated in our nation. The research intended, using interviews, questionnaires, observations, and consultation with the Educational Policy Project schools, discuss the theme that speaks to this Law 10.639/2003 is part of the daily routine Public Schools School in São Gonçalo do Amarante / RN. The results point to the lack of knowledge of appropriate ways of implementing the Act. It is expected at a later stage, offering training to servers of public schools in São Gonçalo do Amarante / RN, hoping to contribute to these contents are worked positively, so as not to reinforce prejudices and stigmas.



KEYWORDS: African history, African-brazilian culture, education.

1 INTRODUÇÃO

Os temas que abordam as relações entre o Brasil e o continente africano, mesmo tendo ganhado certo destaque nas últimas décadas, continuam representando questões exóticas, tratados, muitas vezes, de formas equivocadas.

Essa discussão pode tomar como ponto de partida a natureza das imagens, ideias e representações, veiculadas pela mídia, livros didáticos, etc., comumente associadas ao que os brasileiros, em geral, entendem por “África”, a saber: pobreza, animais selvagens, ritos macabros, etc.

Assim, acredita-se na necessidade de um trabalho sistemático nas escolas, onde os valores da África sejam apresentados sem preconceitos, contribuindo para desmistificar essa visão pejorativa do continente africano. Porém como as escolas irão trabalhar se os materiais didáticos que utilizam não estão adequados? Os livros, geralmente, apresentam a imagem do negro como inferior, escravo, enquanto a imagem do europeu é apresentada como superior, o “herói” que descobriu o Brasil.

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada. (FERNANDES, 2005, p.380).

Neste sentido, faz-se necessário fazer uma avaliação sobre os olhares que a sociedade produz a respeito de uma região que se constituiu como ponto de origem de um fluxo migratório determinante na constituição de nosso País, visto que as visões da África falam também do olhar sobre o negro brasileiro.

Diante disso, os estudos sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, devem estar presentes no cotidiano das escolas. Afinal, será do entendimento da natureza do legado africano, da sua riqueza e da sua diversidade, que certamente surgirá uma possibilidade de enxergar, reconhecer e valorizar a diferença do afro-brasileiro.

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a implementação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas, ou seja, se estudos sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira faz parte da rotina diária das escolas de Ensino Médio localizadas no município de São Gonçalo do Amarante/RN.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Há um quadro desanimador que se repete cotidianamente na maioria das escolas brasileiras: a relação entre professores e alunos negros. Em pesquisa recente, Cavalleiro (2006) afirma que existe, na prática de muitos educadores, a existência de fortes componentes racistas, tais como falas preconceituosas e atitudes de humilhação e agressão contra crianças negras.

Segundo a pesquisadora, há um tratamento mais afetivo e diferenciado dirigido às crianças brancas, com as quais os professores aceitam o contato físico através do abraço ou beijo. Na relação professor/aluno negro, o contato físico é mais escasso. As crianças brancas recebem mais oportunidades de se sentirem aceitas e queridas. A atenção e o afeto são distribuídos de maneira desigual, tendo a categoria raça como critério para esta distribuição. As crianças brancas recebem constantemente convites para tomarem parte da família da professora, o que não ocorre com as crianças negras.

Ainda de acordo com a pesquisadora, há no cotidiano escolar, uma desvalorização sistemática das características estéticas das crianças negras. Além disso, na avaliação das atividades das crianças brancas, o elogio é feito à criança, porém nas atividades das crianças negras, o elogio se dirige à tarefa e não a elas.

A pesquisa aponta ainda que, na existência de situações e práticas preconceituosas, as professoras tendem a minimizar a reclamação da criança negra.

Assim, compreende-se que

[...] a escola é um espaço que não efetivou de fato a inclusão positiva do grupo negro. A criança negra vive na escola um sistemático processo de exclusão. Ela está presente na escola, mas dela efetiva e positivamente não participa (CAVALLEIRO, 2006, p. 232).

As situações vivenciadas repetidamente pelas crianças negras no interior das escolas podem levá-las a silenciar diante dos conflitos, naturalizar sua suposta inferioridade ou mesmo sentirem raiva por serem negras.

Outra pesquisa, que analisa a forma como os negros são representados nos livros didáticos constatou, dentre 20 coleções analisadas, que apenas cinco possuem capítulos específicos sobre a história da África. Talvez por isso haja desconhecimento ou mesmo uma visão eurocêntrica sobre este continente, fazendo com as pessoas associem africano como sinônimo de escravo, o que justificaria o preconceito contra os negros.

Daí, acreditamos que a ausência de estudos sobre a História e a Cultura Africana no planejamento escolar e no Projeto Político Pedagógico impede a promoção de boas relações étnico-raciais.

Fernandes (2005) defende que, abordar a diversidade cultural no contexto escolar implica

[...] pensar tais segmentos como possuidores de experiências vivenciais que precisam ser respeitadas quando da implantação dos conteúdos escolares que

lhes serão ministrados, de forma a garantir os elementos básicos de sua cidadania [...] (p.21-22)

A Lei federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 é um bom começo para contemplar esta demanda. Ela torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e médio, oficiais e particulares, de todo o país. Contudo, dessa exigência surge uma pergunta: o que os professores sabem sobre história e cultura afro-brasileira? Como trabalhar tais conteúdos positivamente, sem o risco de reforçar preconceitos?

Outra preocupação bem presente é que a inserção curricular deste conteúdo não se esgote em temas afins, nem seja reduzido a eventos, como o “Dia da Consciência Negra”, ou a semana cultural.

Este é um assunto que precisa ser tratado com seriedade, devendo fazer parte do cotidiano escolar, sendo trabalhado exaustivamente e não apenas de forma pontual e isolada. É um tema que diz respeito ao desenvolvimento da formação dos professores.

3 METODOLOGIA

Tendo em mente investigar o problema em suas múltiplas dimensões, a metodologia empregada neste estudo é de base qualitativa.

Levando-se em consideração que o presente estudo visa obter informações acerca da implementação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas, ou seja, investiga se estudos sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira faz parte da rotina diária das escolas de Ensino Médio localizadas no município de São Gonçalo do Amarante/RN, optamos – como instrumento de coleta de dados – pela entrevista semi-estruturada e pela observação participante.

A entrevista – uma das principais técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas – constituiu-se de questões sobre o que os professores conhecem da Lei 10.639/2003 e quais ações são desenvolvidas na escola durante o ano letivo que envolvem a temática, permitindo-nos interagir com os sujeitos pesquisados favorecendo a obtenção das informações desejadas.

A observação – instrumento que permite ao pesquisador chegar mais perto dos sujeitos – nos possibilitou a familiarização com o cotidiano das escolas estudadas.

Para registrar nossas observações fez-se o uso de anotações escritas, sempre com a autorização dos participantes da pesquisa. As anotações constaram de registro detalhado do que ocorre e uma parte reflexiva com as impressões do pesquisador, conforme sugerem Bogdan e Biklen, citados por Lüdke e André (1986). Ainda durante a coleta de dados, foram preparados relatórios curtos mostrando algum aspecto interessante do estudo que poderão ser disponibilizados aos profissionais posteriormente (em um projeto de extensão, por exemplo) para que possam refletir sobre sua prática.

A partir de uma listagem disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, foram selecionadas 04 escolas de Ensino Médio, localizadas na zona urbana do município de São Gonçalo

do Amarante. Contudo, devido dificuldades de acesso (transporte), indisponibilidade de alguns profissionais em participar da pesquisa e inexistência de Projeto Político Pedagógico, a pesquisa foi realizada em apenas uma escola.

A análise dos dados foi sistematizada após o encerramento da coleta dos dados, embora presente em vários momentos da investigação, à medida que confrontamos as questões selecionadas inicialmente com as especificidades da situação estudada.

No momento da análise dos dados, nos guiamos pelas questões advindas de nosso problema de pesquisa – como vem se dando a implementação da Lei 10.639/2003 – e adotamos os seguintes passos:

- Tabulação das respostas às questões.
- Identificação de aspectos nos depoimentos dos sujeitos que apontam para as questões norteadoras das discussões.
- Inferências sobre as falas dos sujeitos.
- Interpretação dos dados, com base na revisão da literatura e nas observações realizadas nas escolas.

A pesquisa privilegiou os seguintes procedimentos: estudo do referencial teórico pelo bolsista, contando com discussões regulares junto à orientadora; visita às escolas para a aplicação de entrevistas e questionários a fim de fazer a avaliação sobre a presença da temática no Projeto Político Pedagógico, observando-se a respeito das ações desenvolvidas com relação à implementação da Lei nº 10.639/2003.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O lócus de estudo foi a escola Estadual Vereador José Moacir de Oliveira, localizada na Rua João Paulo VI nº16, no Bairro Loteamento Santa Terezinha, cujo espaço físico é bem amplo, com 12 salas de aulas, sala de vídeo, sala de laboratório de informática, sala de laboratório de química, sala de laboratório de biologia, quadra de esportes, auditório, biblioteca, sala de multimeios, almoxarifado, sala de professores, secretaria, direção, cantina, e 04 banheiros, além de um pátio com capacidade de receber todos os estudantes nos intervalos das aulas.

A modalidade de ensino da escola é Ensino Médio, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, contendo dez turmas pela manhã, dez turmas pela tarde, e oito turmas à noite. Abrigando no total 820 alunos.

O quadro de professores encontra-se completo, com 26 professores, todos com formação acadêmica de nível superior, alguns com especialização, outros com mestrado. Na escola não têm coordenadores pedagógicos.

Para a realização da pesquisa foram feitas 05 visitas à escola. Inicialmente conversamos com as gestoras e solicitamos o Projeto Político Pedagógico (PPP). Vimos que o PPP não é atualizado desde 2007 e que a Lei 10.639/2003 não está contemplada no documento. Posteriormente realizamos as entrevistas com os profissionais (professores, gestores, servidores). As entrevistas foram ‘guiadas’ por um questionário contendo 11 perguntas.

A primeira pergunta, foi dirigida aos professores, sondava sobre o que ele entendia sobre diversidade étnico-racial. Do total de entrevistados 100% responderam “multiplicidade de etnias e raças diversas”.

A segunda questão, também dirigida aos professores, procura esclarecimentos se o profissional já havia participado de algum curso de formação com a temática “diversidade étnico-racial”. Todos os entrevistados responderam que não.

A terceira pergunta, dirigida à coordenadora, averiguava se a estrutura curricular da instituição foi concebida levando em conta a diversidade e pluralidade cultural. Embora a coordenadora tenha afirmado que sim, não conseguimos perceber isso nos documentos, tampouco nas falas dos professores.

A quarta questão, dirigida também a coordenadora da escola indagava se os professores eram orientados para debater a questão étnico-racial em sala, associando os conhecimentos específicos da sua disciplina com a realidade. A coordenadora novamente afirmou que sim, que os professores são orientados, mas não soube especificar de qual maneira ocorre.

A quinta pergunta, comum aos professores e coordenadora, sondava se eles conheciam a Lei 10.639/2003 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História da África e da Cultura Afro-brasileira”. Do total de entrevistados 80% afirma que conhece e 20% que desconhece a lei. Porém, ficou evidente que a maioria respondeu ‘sim’ por saber que deveria ter esse conhecimento.

A sexta questão, também dirigida aos professores e coordenadora, investigava se eles já haviam lido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira (BRASIL, 2004). Dos docentes entrevistados, 40% responderam que já haviam lido e 60% respondeu que não. Dos que responderam não haver lido, 40% disseram que não era relevante para sua disciplina e 20% que não tiveram acesso a lei.

A sétima pergunta, dirigida aos mesmos docentes da questão anterior, buscava saber se o material didático utilizado na escola trabalha a temática étnico-racial. Os entrevistados foram unânimes em dizer que o material didático não trabalha com essa temática. Ou seja, a escola não fornece materiais didáticos para com que os professores abordem o assunto.

A oitava pergunta, comum aos professores e coordenadora, analisava saber se o Dia da Consciência Negra, Dia 20 de Novembro, era celebrado por eles na escola. As repostas negativas foram unânimes. Alguns docentes sequer sabiam qual era o Dia Nacional da Consciência Negra.

A nona pergunta, dirigida aos professores e coordenadora, quis saber se o tema da diversidade étnico-racial era discutido. Do total dos entrevistados, 30% alegaram que sim, 70 %

disseram que não. Dos que responderam sim, 30% disseram que é discutido em alguns momentos do ano.

A décima questão, dirigida aos mesmos sujeitos da questão anterior, averiguava saber se existe inclusão da temática “diversidade étnico-racial” nas práticas pedagógicas da escola. Dos entrevistados, 90% afirmaram que não e apenas 10% afirmaram que sim.

A décima primeira pergunta, também dirigida aos professores e coordenadora, indagava se o trabalho docente contemplava a diversidade étnico-racial. Dos entrevistados 80% responderam que a abordagem dava-se como tema transversal dos PCNs na “pluralidade cultural” e 20% dos entrevistados não marcaram nenhuma das opções.

Diante dos resultados, evidencia-se a falta de conhecimento da temática no cotidiano escolar, bem como a negligência do poder público quanto à disponibilização de material didático, cursos de capacitação, etc. Tanto gestores quanto professores apontam o desejo de conhecer sobre a História da África e da cultura afro-brasileira. Portanto, fez-se necessário uma urgente intervenção, como política pública, de modo que esses profissionais tenham acesso a materiais e cursos que os capacitem na difícil tarefa de implementação dessa Lei.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitirá reflexões sobre as contribuições que a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira trará ao cotidiano escolar, no sentido de diminuir os conflitos nas relações étnico-raciais. Além disso, à medida que a pesquisa for sendo divulgada, esperamos contribuir para que as escolas públicas de Ensino Médio no município de São Gonçalo do Amarante/RN que ainda não o fizeram, possam incluir a Lei nº 10.639/2003 em seus Projetos Políticos Pedagógicos, ampliando dessa forma as ações desenvolvidas que contemplem a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, de modo que esta temática esteja presente nas suas rotinas diárias.

Espera-se que a Lei 10.639/2003, bem como outras ações afirmativas – tais como as cotas nas universidades públicas, por exemplo – venham, de fato, alterar o quadro de desigualdades étnico-raciais na sociedade brasileira, diminuindo os danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos pela população negra em solo brasileiro, de modo que a ascensão social dessa população não seja motivo de estranhamento nem objeto de matéria publicitária por seu caráter extraordinário.

Espera-se ainda que essa discussão aqui proposta possa de alguma forma, contribuir para a construção de relações étnico-raciais harmônicas no cotidiano escolar.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL., Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Programa de Educação Continuada em Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Lei 10.639/2003 (Educação – Africanidades – Brasil). CEAD, UNB, 2006.

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. In: Revista Estudos Afro-Asiáticos. Ano 24, n.1, 2002, pp. 35-61.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. Caderno CEDES, Campinas, vol. 25, n. 67, set/dez. 2005.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SANTORO, Maurício. Onde você guarda o seu racismo? In: Revista Democracia Viva, n. 24, out, dez/2004, pp. 56-60.